

Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado?

Leandro Pereira Morais *

Title: Economic-social formation, urbanization and the occupation in personal and domiciliary services in Brazil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir acerca de alguns aspectos que marcaram o aparecimento de inúmeras ocupações de prestação de serviços às pessoas e às famílias, ao longo do processo de formação econômico-social e urbana no Brasil, a partir de uma breve revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento das cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro, para, posteriormente, propor uma tipologia alternativa que incorpore as atividades consideradas como “Serviços Pessoais e Domiciliares” – SPD, no sentido de especular acerca das transformações recentes, com base na análise do perfil (sexo, posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, ramos de atividades, etc) dos ocupados que compõem este segmento ao longo do período compreendido entre 1992 e 2001, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – PNAD.

Palavras-chave: Serviços pessoais e domiciliares (SPD), emprego e Brasil

ABSTRACT

This paper has for objective to reflect concerning some aspects about the appearance of innumerable occupations in personal services, to the long one of the process of economic-social and urban formation in Brazil, from one brief bibliographical revision concerning the development of the cities in Sao Paulo and Rio de Janeiro, for, later, to consider an alternative typology that it incorporates the considered activities as "Personal and Domiciliary Services"-SPD, in the direction of speculating concerning the recent transformations, on the basis of the analysis of the profile (sex, position in the occupation, age, etc.) of the workers that compose this segment to the long one of the period understood between 1992 and 2001, from the PNAD.

Key words: Personal and domiciliary services, job and Brazil.

JEL Classification: L 8

Recebido 11.08 2005. Aceito 13.10.2005

* Economista, Pós Graduado em Economia do Trabalho e Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP. End: Rua Araújo, 124, Centro São Paulo Sp. Brasil, Cep 01220 – 020 E mail: lpmorais@hotmail.com.

Introdução

Ao longo dos anos 90, verificou-se no Brasil que o setor de serviços passou a representar quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responder por cerca de 56% do Produto Interno Bruto – PIB, de acordo com os dados do IBGE. Vale mencionar que a evolução recente das ocupações no Brasil sofreu fortemente as repercussões negativas decorrentes do comportamento geral da reestruturação da economia nos anos 90, fruto da “nova” orientação da política econômica¹.

A recente dinâmica do mercado de trabalho caracteriza-se pela desarticulação da base do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares, ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento, tornando-se, pois, o mercado de trabalho nacional cada vez mais precário e excludente (Dedecca, 2000).

Desde logo, é importante chamar a atenção para o fato das dificuldades teóricas e/ou conceituais que abarcam o estudo do setor serviços². Certamente, a teoria econômica dispõe de uma vasta literatura examinando o comportamento dos setores primário e secundário; porém, em se tratando dos serviços, não foi capaz de produzir uma base de dados adequadamente organizada. Em outras palavras, atualmente o estudo do setor permanece prejudicado pela ausência de um conhecimento sistematizado do movimento e das mudanças que ocorrem em seu interior e no conjunto da economia como um todo (Cano, 1992).

Conforme notou Oliveira (1976:23), “o papel e a função dos serviços numa economia não tem sido matéria muito atraente para os economistas, a julgar pela literatura existente”. Segundo Offe (1989), o conceito de trabalho em serviços é de modo geral muito mal definido na literatura pertinente, em particular por estar associado, em determinados casos, à oferta de produtos imateriais, que não podem ser transportados e/ou armazenados, e tendo em vista o fato de que “a experiência cotidiana da pesquisa social confirma também que os indicadores mais eficazes são

ao mesmo tempo os menos encontrados nas estatísticas econômicas e sociais oficiais” (Offe, 1989:134).

As dificuldades teóricas e conceituais e de classificação e mensuração das atividades do setor de serviços como um todo, intensificam-se quando se pretende analisar, de forma mais sistematizada, o segmento dos serviços pessoais e domiciliares. Em quase todas as formas de classificação e mensuração destas atividades encontradas em estudos já realizados, é facilmente perceptível a detecção de certos obstáculos analíticos.

Cunhados como “serviços de baixa qualificação³”, Almeida (1976) afirma que essas atividades “geralmente recebem tão pouca atenção que a própria coleta de dados peca por falta de um arcabouço teórico orientador” (p. 73). Além do que, geralmente estes serviços aparecem nas estatísticas de produto e de força de trabalho de vários países sob a denominação de “outros serviços” ou ainda de “prestação de serviços”, incluindo-se, muitas vezes, em várias combinações de atividades adicionais como do governo, atividades sociais, etc⁴. No entanto, esse segmento do setor de serviços está longe de poder ser negligenciado por parte dos estudos sobre o tema, inclusive por, recorrentemente, ser tido como as atividades que mais vêm gerando emprego e renda no país, sobretudo a partir de meados dos anos de 1950.

Tal constatação pode ser comprovada em Almeida (1976) que chamava a atenção ao fato de que o problema do emprego em “serviços de baixa qualificação” no Brasil tem-se agravado, “atingindo proporções dignas de preocupação”, uma vez que estes constituíram o subsetor que mais absorveu mão-de-obra, de 1950 à primeira metade da década de 1970; e também em estudos mais recentes, como o de Carvalho (2004) que, ao se referir a estas atividades como “serviços prestados às pessoas”, conclui que este foi o subsetor que respondeu pela maioria dos ocupados em serviços e no qual se verificou o maior número de ocupações novas na década de 90.

Frente às dificuldades teóricas e conceituais, além de muitas controvérsias, a existência de um amplo “setor de subsistência” na economia urbana tem sido alvo de um número crescente de estudos sob as óticas mais variadas. Como identificou Almeida (1976: 65), “Becker e Linder, com abordagens diferentes, focalizam a interação entre o trabalhador domiciliar, o trabalhador remunerado e o lazer”. Já “Mincer & Can estudaram a opção do trabalhador ‘secundário’

(mulheres e adolescentes) participar da força de trabalho ou se especializar no trabalho doméstico”. E “Kuznetes buscou avaliar a proporção do crescimento do produto nacional bruto americano atribuível a uma transferência de funções de âmbito doméstico para o âmbito do mercado”. O fato é que o aparecimento desses estudos indica a crescente importância em analisar e entender as questões que permeiam a evolução desse segmento do setor de serviços.

Especificamente em relação ao caso brasileiro, um interessante estudo sobre dispêndios familiares, também mencionado por Almeida (1976), intitulado *Household demand for services in Brazil*, de 1972, mostra que as despesas familiares mais substituíveis pelo trabalho domiciliar tendem a ser os serviços de alimentação, vestuário e reparos domésticos e que, em geral, famílias maiores tendem a fazer seus próprios serviços em vez de comprá-los. Além do que, em relação ao trabalho doméstico, com base em um outro estudo “As 24 horas do dia carioca”, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, de 1974, a autora mostra que, de fato, o trabalho domiciliar exige um tempo considerável do dia das mulheres e que, no Brasil, unidades familiares mais ricas tendem a poupar-se a essas tarefas, pagando pelos serviços domésticos que consomem, de modo que as classes de renda mais elevadas “poupam tempo” pagando pelo emprego de serviços domésticos.

Diante desta perspectiva, pretende-se neste artigo, refletir acerca de alguns aspectos que marcaram o aparecimento destas inúmeras ocupações de prestação de serviços às pessoas e às famílias, ao longo do processo de formação econômico-social e urbana no Brasil, a partir de uma breve revisão bibliográfica acerca do desenvolvimento econômico das cidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. Posteriormente, propõe-se uma tipologia alternativa que incorpore as atividades consideradas como “Serviços Pessoais e Domiciliares” – SPD, no sentido de especular acerca das transformações recentes, com base na análise do perfil (sexo, posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, ramos de atividades) dos ocupados que compõem este segmento ao longo do período compreendido entre 1992 e 2001, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios – PNAD.

É válido mencionar que o ponto de partida deste trabalho leva em conta a idéia de “dualidade” dos serviços pessoais e domiciliares, ou seja, serviços estes caracterizados tanto

pelos dos tipos mais tradicionais, como o serviço doméstico remunerado, quanto pelos mais “modernos”, relacionados, sobretudo, ao conforto e lazer das famílias mais finas e abastadas, num contexto predominantemente marcado pela desigualdade social. Em outros termos, de acordo com Guerreiro (2000), a complexidade e a heterogeneidade dos serviços prestados às pessoas e às famílias, estão ligadas a alguns aspectos, tais como o de que em determinados casos tratam-se de serviços mais tradicionalmente implantados na sociedade e, em outros, o seu surgimento é recente ou ainda praticamente desconhecido, embora com fortes potencialidades futuras. Além do que, alguns deles dirigem-se a segmentos restritos da população com maior poder econômico, enquanto que outros são mais generalizados. Dessa forma, conforme apontou a autora, p. 15, “os serviços de apoio à vida familiar podem abranger uma grande diversidade de modalidades organizativas, dependendo do tipo do serviço familiar a ser prestado”.

Em outros termos, e utilizando-se das palavras de Lessa (2000: 166): “há um aperfeiçoamento e uma diferenciação da vida metropolitana, e é progressiva a sofisticação dos hábitos urbanos na medida em que a cidade cresce e amplia seus contatos externos; e este processo é acompanhado de uma crescente heterogeneidade social”, tendo em vista o fato de que “todas as transformações incidem numa sociedade escravagista e onde convivem aspectos mais ‘modernos’ e ‘urbanos’ com padrões tradicionais da organização socioeconômica”.

O artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta Introdução, no item subsequente, serão tecidas breves considerações acerca das inter-relações entre o processo de formação econômico-social e urbana no país com a questão da prestação de serviços pessoais, num contexto marcado por uma notória desigualdade social. Após, será proposta uma tipologia alternativa que considere a abrangente gama de atividades que compõem os SPD, para, na seqüência, analisar o perfil dos ocupados neste importante segmento do setor de serviços.

Formação econômico-social e urbana, prestação de serviços pessoais e desigualdade: breves considerações acerca de suas inter-relações

De acordo com Bruno (1991), a condição de metrópole do café, consolidada pela cidade de São Paulo aproximadamente nas três últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX, se refletiu a partir de “traços particulares” na transformação e no engrandecimento de

suas atividades comerciais e industriais. Neste momento, ao lado da intensificação das atividades ligadas ao comércio ambulante (quitandeiras de tabuleiros, vendedores de jornais, engraxates, flores, frutas e hortaliças, etc.), instalaram-se também os cafés⁵, bares, confeitarias⁶ e cervejarias “mais confortáveis”, ou como descreveu o autor, “cafés até com gabinetes reservados para as famílias mais finas”. Surgiram também hotéis, “inclusive com bastante conforto e luxo”, sobretudo o “Grande Hotel”, com “ares dos bons hotéis da Europa”, que atraiu diversos deputados provinciais, além do príncipe da Prússia, irmão de Guilherme II⁷.

Ao mesmo tempo, começavam a aparecer estabelecimentos de restaurantes e botequins para os “mais populares” que vendiam café, bebidas e alimentos e eram conhecidos como “quiosques”; montados no centro ou nos bairros, procurando, sobretudo, os largos, a vizinhança das estações de trem e das pontes⁸ e a proximidade dos mercados. Nas palavras de Cássio Mota, mencionado por Bruno (1991: 1155), “os quiosques eram feitos de madeira e de formato cilíndrico, espécie de ‘café-bars’, cravejados de moscas, onde além do popular café com leite e pão com manteiga, encontravam-se refrescos diversos, bebidas, cigarros de palha, fumo de corda, biscoitos, balas, bilhetes de loteria, graxa e cordões para sapato”.

Uma outra questão que chamou a atenção de Bruno (1991), ao descrever as transformações pelas quais passavam a cidade de São Paulo, foi a questão do vestuário e embelezamento para os mais “afortunados”, visto que estes podiam encontrar, tanto para homens, quanto para mulheres, “todo o necessário para que se apresentassem no rigor da moda de Paris, vestindo-se, penteando-se, perfumando-se e adornando-se de jóias custosas” (p. 1161). Além do que, na “Rua Imperatriz”, podiam encontrar também “cabeleireiras de madames” e estabelecimentos “ostensivos” de barbearia, como o “Au Figaro Parisien”, que colocavam em suas portas o “distintivo do ramo”, ou seja, um “pratinho amarelo de latão”.

Ribeiro (1996), ao retratar o mercado de trabalho na cidade de São Paulo, a “capital do capital”, nos anos de 1920, num contexto marcado por uma nova dinâmica representado principalmente pelo aparecimento de algumas indústrias e a conseqüente movimentação urbana, afirma que “a complexidade do crescimento urbano da capital originava-se da maior integração e diversificação das atividades produtivas”; fato este evidenciado pelo aumento do número de

estabelecimentos inscritos nos “Livros de Lançamento de Impostos Sobre o Capital”, realizado entre 1914 e 1929, que passaram de 7.785 para 23.958. Destes estabelecimentos, os que apresentaram maior crescimento foram, de acordo com a autora, os de transporte e comunicações, mercado de crédito, indústria extrativa, comércio de imóveis e, em seguida o setor de serviços pessoais, “cujo número de estabelecimentos, em 1929, era quase cinco vezes maior do que o registrado em 1914” (p. 346).

Segundo a autora, mediante esse contexto, marcado por novos “comportamentos e atitudes urbanas”, “o melhor exemplo para ilustrar a urbanidade dos comportamentos é o crescimento do número de estabelecimentos prestadores de serviços tais como barbearias, cabeleireiros para homens e para mulheres, etc”. Além do que, em relação ao gênero do setor de serviços composto por hotéis, pensões, cafés, bares, restaurantes, botequins, sorveterias, etc., vale dizer que estes aumentaram em cerca de quatro vezes o número de seus estabelecimentos, sem mencionar que um outro grupo de serviços representado pelas alfaiatarias, sapatarias e ateliês de costura, também tiveram um desempenho aproximadamente da mesma magnitude, com destaque às oficinas de costura para senhoras, que passaram de 21 para 170, entre 1914 e 1929. Em suma, para Ribeiro (1996), os anos 20 reúnem uma série de transformações da sociedade paulistana que podem ser resumidas, fundamentalmente, em: a) consolidação do modo de vida urbano; b) integração dos setores industriais; c) novas correntes de trabalhadores vindos de outros países e de regiões empobrecidas do Brasil e d) diversificação do comércio e dos serviços pessoais.

Um outro aspecto que também merece ser mencionado refere-se às atividades recreativas, de esporte e de lazer. Depois de 1870, as manifestações religiosas, as procissões, bem como o esplendor dos conventos e das torres de igreja vão perdendo importância, em grande medida, explicado pelo aumento dos locais de passeio e de divertimento, além dos clubes recreativos e das competições esportivas. Conforme apontou Bruno (1991: 1221), “nas últimas décadas oitocentistas surgiram em São Paulo centros de recreação (...) começaram a ser feitas corridas regulares de cavalos em hipódromos (...) apareceu a lanterna mágica, precursora do cinema (...)”. Além do que, foi ainda no último quartel do século XIX que os esportes bem dizer começaram a ser praticados entre os moradores da cidade: “disputavam-se partidas de cricket entre ingleses e depois de futebol, logo adotado pelos brasileiros, fundando-se as primeiras equipes para a sua

prática (...) os esportes náuticos começavam também a desenvolver”, além do surgimento de “entidades para estimular o automobilismo e a equitação”, atividade esta que, a partir de 1876, passou a ser realizada no então fundado Jockey Club de São Paulo.

Diante desses “novos moldes de vida”, para Bruno (1991), as procissões se tornavam “anacrônicas”, no entanto, fundamentalmente para as classes mais endinheiradas. Inclusive, é interessante mencionar que as “reuniões dançantes”, além de atividades artísticas, “devem ter representado um dos objetivos de muitas das sociedades que se fundaram na última parte do século XIX”, tais como o “Cassino Paulistano” e o “Clube Democrático”, além de outros lugares frequentados pela elite paulistana como a “Sociedade Belas Noites” e a “Sociedade Dançante Flor da Aurora”. Para os mais “populares”, as festas religiosas ainda eram tidas como exemplo típico de diversão, além do passeio de bonde do Largo da Sé ao Jardim do Ipiranga e dos circos, que inclusive mantiveram grande prestígio como diversão popular.

Na visão de Lessa (2000), foi também no final do século XIX que começaram a prosperar as “atividades recreativas e de lazer” no Rio de Janeiro. Segundo ele, “as festas religiosas sempre foram valorizadas como necessidade essencial de lazer pelo povo livre e pobre”, enquanto que para os mais “endinheirados”, as diversões “clássicas” eram o teatro e os bailes “famosos”, além do que, neste período, “evoluiu-se lentamente o costume de comer fora e de frequentar confeitarias”, sendo as referências do momento, a Confeitaria “Paschoal” e o sofisticado restaurante no Hotel “Pharoux”. Um outro aspecto levantado pelo autor refere-se ao fato de que essa “dualidade social” se explicitava inclusive nos primeiros bailes carnavalescos, em 1840, no Hotel Itália, pois “o popular ocupava a rua com o estruendo, de origem portuguesa”, enquanto que a elite “inspirada no modelo veneziano, fez o baile oligárquico das máscaras em salões inteiramente reservados”. Assim como o retratado para a cidade de São Paulo, no Rio de Janeiro, aos mais ricos cabiam também a realização de uma sucessão de costumes esportivos, “absorvidos”, em sua maioria da Inglaterra, com exceção da esgrima, de influência francesa.

Em momentos posteriores à década de 20, levando em conta seus aspectos de transformações urbanas anteriormente mencionadas, Cardoso de Mello & Novais (1998), tendo como marco o ano de 1930, afirmam que:

“num período relativamente curto de cinquenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década de 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos” (p.562).

Ou seja, nestes “anos de transformações assombrosas que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontraram paralelo neste século [XX]” (p. 585), os autores defendem a idéia de que a sociedade estava “em movimento”, tendo em vista, sobretudo a consolidação do nosso processo de industrialização “rápida” e de urbanização “acelerada”. Na visão deles, fomos capazes de construir uma “economia moderna”, com base no aço, na gasolina, no petróleo, no diesel, nas rodovias, nos “arranha-céus”, na indústria automobilística e na utilização de uma gama de produtos eletrodomésticos.

Em outros termos, este período foi marcado por momentos decisivos do processo de industrialização, seguido pelo aparecimento de novos padrões de consumo e de estilos de vida. Como parte das principais transformações, os autores apontam: a) mudanças significativas no sistema de comercialização; b) aparecimento do hábito de “comer fora”; c) transformações dos hábitos de higiene e limpeza pessoal e da casa (uso de detergentes, sabão em pó, desodorantes, pasta de dentes, etc.); d) revolução no vestuário (utilização das roupas sintéticas e de produção em massa, etc.), além de uma espécie de “modernização da beleza” propiciada pelos aspectos ligados ao aparecimento dos novos hábitos de higiene pessoal e no vestuário, além de uma maior utilização de cremes, esteticistas, etc.

Na segunda metade da década de 50, o crescimento urbano e a industrialização são fundamentais para a criação de novas oportunidades ocupacionais referentes à comercialização, reparações, serviços de lazer e diversão, além dos empregos ligados à indústria de transformação. Nos anos 60, dado o elevado e contínuo crescimento econômico, além da diferenciação dos aparelhos econômicos e sociais do Estado, aparecem oportunidades novas para os especialistas, técnicos e professores de nível superior. A “contemporaneidade capitalista” da década de 70, dada a brutal expansão econômica e consolidação do sistema industrial,

“revelou-se na diminuição dos trabalhadores sem remuneração, no crescimento do emprego nas grandes empresas e no Estado, na indústria, no comércio, nos serviços administrativos, sociais e associados à produção, no aumento do trabalho qualificado e da formalização dos contratos sociais, na forte ampliação do operariado da grande empresa e dos segmentos médios assalariados” (Henrique, 1999: 43).

De acordo com Baltar & Dedecca (1992), ao longo da década de 70, o baixo crescimento da ocupação agrícola total provocou um massivo deslocamento da PEA para atividades não agrícolas, num contexto onde “o rápido incremento das oportunidades de emprego não agrícola facilitou a absorção desses contingentes populacionais” (p. 14), sobretudo nas atividades ligadas à indústria de transformação, construção civil e no comércio, além dos ramos de atividade educação, governo, recreação, saúde, transporte e comunicações, bancos e outras atividades financeiras; ramos estes cujos requerimentos de qualificação e mesmo de escolaridade formal eram imprescindíveis. Em relação às atividades ligadas aos serviços domésticos e outros serviços pessoais, segundo dados mencionados pelos autores, elas responderam, respectivamente, por 12,3% e 11,2% das novas ocupações criadas nas décadas de 60 e 70 no país.

Do ponto de vista setorial, até 1969, segundo Singer (1971), o setor primário foi o que mais absorveu força de trabalho. Em termos absolutos, o volume de empregos aumentou entre 1960-69, tendo em vista o baixo nível de mecanização e o incremento da demanda (aumento do crescimento vegetativo, urbanização, etc.). No setor secundário foi significativo o avanço do setor industrial, sendo que o emprego industrial passa de 14% do emprego total entre 1950-1960, para 18,8% entre 1960 – 1969. Para Pastore & Silva (2000), o emprego ligado à indústria de transformação aumenta de forma extraordinária a sua participação relativa no emprego entre 1960 – 1980 (de 8,6% entre 1950-60, passa para 11% entre 1961-70 e para 15,7% entre 1971-80).

No setor terciário⁹, de acordo com Singer (1971), expandem-se as atividades ligadas aos serviços de consumo individual, sobretudo nos serviços pessoais (principalmente emprego doméstico) e os empregos exercidos pelos profissionais liberais, que aumentou muito no período e é uma classe extremamente heterogênea e diversificada, tanto no que se refere às atividades ocupacionais e formas de inserção, quanto ao nível de escolaridade e níveis de rendimentos. Uma outra fonte de geração de empregos no terciário se deu nos serviços de produção, englobando os

relacionados aos transportes, comunicação, comercialização, etc. Deve-se destacar também o papel dos serviços coletivos, sejam os serviços governamentais (administração pública e defesa governamental), sejam os de infra-estrutura (energia, abastecimento, transportes, etc.), além dos serviços sociais (saúde, educação, saneamento, etc.).

Uma questão de extrema relevância ao analisar a estrutura sócio-ocupacional que emergiu no período de crescimento até o final dos anos 70 refere-se à “feminilização das ocupações brasileiras”. Dados da Cepal (1989) mostram que em 1960 a PEA feminina era de 17,8%, enquanto que nas décadas posteriores de 1970 e 1980, sua participação passou, respectivamente, para 20,9% e 27,5% da PEA total. O aumento das mulheres no mercado de trabalho nacional está intimamente relacionado com uma das mais profundas modificações na estrutura sócio-ocupacional brasileira, de acordo com a Cepal (1989), ou seja, este estudo propugna a tese de que houve nesse período um processo de transformação social e cultural em grande parte das mulheres brasileiras, modificando inclusive a relação inserção ocupacional – estratificação social¹⁰.

Em se tratando da entrada da mulher no mercado de trabalho, é interessante mencionar que Guerreiro (2000), ao analisar o comportamento dos “household services” nas áreas metropolitanas de Lisboa, propugna um interessante argumento para o crescimento das atividades prestadas às famílias. Segundo a autora, a “profissionalização massiva” das mulheres, a partir da década de 70, implicou numa notória transformação das relações sociais e, portanto, em mudanças nas configurações da vida familiar, fazendo “aparecer” diferentes “necessidades pessoais” (tais como restaurantes e lojas de “pronto a comer”, refeições ao domicílio, serviços de reparação diversos, serviços de lavanderia e engomadoria ao domicílio, residência de idosos, creches, infantários e serviços de baby sitting, serviços de terapia e enfermagem, além de serviços domésticos profissionalizados); necessidades estas que “mudam no tempo, à medida que os processos sociais ocorrem e impõem novos estilos de vida” (p. 21).

Em suma, percebe-se que durante esse período de rápido crescimento constituiu-se uma estrutura sócio-ocupacional capitalista e moderna, porém com extrema pobreza, além do crescimento de grupos sócio-ocupacionais de baixa remuneração, num contexto de políticas de

contenção salarial e de manutenção dos índices de concentração (Cepal, 1989). O fato é que tais transformações sócio-econômicas reproduziram forte estratificação de renda entre os diversos estratos ocupacionais e também no interior deles, no bojo de uma extrema “polarização social”. É de suma importância frisar que, em se tratando das relações entre a estrutura sócio-ocupacional que emergiu no período de crescimento e o perfil de distribuição de renda, conforme notou Henrique (1999: 105), “em meio a um brutal desenvolvimento material e a uma imposição de novas necessidades foi-se construindo uma das sociedades mais desiguais do mundo”.

Nesse sentido, Baltar & Dedecca (1992), ao explicarem o crescimento dos serviços domésticos e de outros serviços pessoais ao longo das décadas de 60 e 70 no Brasil, argumentam que “o incremento ponderável desse tipo de oportunidade ocupacional está estreitamente relacionado com a desigualdade de renda imperante no país”. Segundo eles, “o crescimento do emprego doméstico e das ocupações como vigia, por exemplo, pode ter sido significativo, em grande medida, por causa da elevada magnitude das diferenças de renda, que permite a uma família pagar para ter uma pessoa a sua disposição e /ou para cuidar de seu patrimônio” (p.16).

É neste contexto de crescimento econômico com desigualdade que Gorz (2003) encontra respostas para explicar a proliferação dos serviços pessoais e domésticos. Para o autor, tal proliferação é possibilitada pela crescente desigualdade social, de tal modo que uma fração da população “açambarca” as atividades com melhores remunerações em detrimento de uma parcela maior da sociedade que é forçada a “reforçar o papel de serviçais”. Para ele, “a desigual repartição do trabalho da esfera econômica e a desigual repartição do tempo que a inovação técnica libera fazem com que alguns possam comprar de outros – reduzidos a serviçais dos primeiros – um extra de tempo livre” (p. 18), num contexto de “domesticarização”¹¹, isto é, “a transferência a uma massa economicamente e socialmente marginalizada do trabalho antes atribuído à ‘dona de casa’” (p. 155).

Nesta perspectiva, no caso brasileiro, Cardoso de Mello & Novais (1998: 584) chamam a atenção ao fato de que:

“são incontáveis as mulheres, antes mergulhadas na extrema pobreza do campo, que se tornaram empregadas domésticas, caixas, manicuras, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, etc. que

passaram a ocupar um sem-número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média”.

Isso, sem mencionar que os ocupados do sexo masculino que eram “desprezados pela sorte” – um número bastante substancial – se “converteram” em porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamento, mecânicos, motoristas de táxi, etc. Ou seja, de forma geral, os autores defendem a idéia de que os postos de trabalho acessíveis para os migrantes rurais e também para os cidadãos pobres e suas mulheres eram os da construção civil, os serviços domésticos e as ocupações de serviços em geral sem uma profissão definida, como por exemplo, serviços de limpeza, de carregador de saco de cereais, de vigia noturno, de cozinheiro, vendedor ambulante ou lavador de automóvel; atividades estas pertencentes ao que os autores consideram como “nível inferior” da sociedade.

Neste sentido, a existência de alguns ramos de serviços pessoais “mais modernos” está ligada ao fato de que “desfrutando do gasto da elite, defrontamos com uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, ao corpo estressado e à alma talvez atormentada dos endinheirados e de sua família” (Cardoso de Mello & Novais, 1998: 610), que são, dentre outros, promotora de festas e eventos, proprietários de prósperas academias de ginástica, de dança, balé, natação, tênis, figurinistas, esteticistas, cabeleireiros elegantes, massagistas, donos de spas, dermatologistas. Além, é claro, dos donos de restaurante de luxo, dos bares de “granfinos”, do shopping center de bairros ricos, da loja de alimentos sofisticados e bebidas importadas, casa de carnes especiais, agência de turismo “de rico”, etc.

Para estes autores, “com base no gasto suntuário dos ricos e dos privilegiados, forma-se uma ‘nova camada de clientes’ – uma espécie de agregado moderno”; que incluem, inclusive, certos “trabalhadores comuns” mais especializados e com melhores níveis de qualificação, como cozinheiros - chefes, garçons e *mâitres* dos restaurantes de luxo, empregadas domésticas com certo grau de especialização, caseiros das mansões de campo ou de praia, alguns marceneiros, encanadores, eletricitas, vendedoras de lojas elegantes, pilotos de jatinho particular ou de helicóptero, manicures de salão de beleza de alto luxo, professores bem remunerados de academias de dança ou de ginástica, *personal trainer*, etc.

Sem a intenção de uma discussão mais aprofundada nas questões que envolvem o estudo da “nova classe média”¹², o que se pretende chamar a atenção é o fato de que esse grupo heterogêneo de ocupados, tendo em vista, inclusive, a possibilidade de acréscimos em sua renda familiar, possibilitada pelo trabalho da mulher, passa a ter também acesso aos “modernos” padrões de consumo, sobretudo em setores tais como os de alimentação, vestuário, higiene pessoal e beleza, etc. Além do que, em suas residências, podemos encontrar o automóvel, todas as “maravilhas eletrodomésticas”, a possibilidade de viajar pelo Brasil, de carro ou de avião, “hospedando-se em hotéis razoáveis”¹³.

Diante deste cenário, é de suma importância frisar que, em se tratando desses tipos de serviços no Brasil, alguns dos “serviços consumidos pela elite”, tornam-se acessíveis aos grupos de renda intermediária, tendo em vista o fato de que são prestados por “profissionais mais baratos”, ou por empresas voltadas para essa faixa de mercado, como os casos dos empregados domésticos menos qualificados, dos salões de beleza para a classe média, das “prostitutas da casa de massagem”, da churrasceria do tipo rodízio, das academias mais modestas, etc. Em outros termos, os autores denunciam o fato de que “o padrão de vida da ‘nova classe média’ beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos”. Isso, pois, para Barbosa de Oliveira (1998: 01):

“no Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco – rodízio é barato ou a pizza de segunda são baratos por que o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato por que a cabeleireira e a manicure ganham pouco, etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela ‘nova classe média’ reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”

No entanto, frente à “permissividade” dos baixos salários, devemos levar em conta, conforme apontou Barbosa de Oliveira (1998: 01), o fato de que “o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social”, visto que “o desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial”. Nesse sentido, resta ao amplo “contingente urbanizado pobre e livre” que “subsistam” em formas não assalariadas. Ou seja, o homem popular brasileiro tem que “se virar” para sobreviver. Isso, pois, para Lessa (2000: 228):

“o crescimento insuficiente do mercado de trabalho organizado e a ampliação da população engendraram a multiplicação de atividades paralelas de subsistência. Foram preservadas as modalidades tradicionais e, neste cenário, acelerou-se o aprendizado da arte de sobreviver no urbano. Foi estimulado o exercício de criatividade e adaptabilidade. A criatividade deriva-se da precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir, uma criatividade popular que vai além da subsistência e desdobra-se nos demais campos da vida social”.

O que são os Serviços Pessoais e Domiciliares – SPD: esclarecimentos metodológicos

Conforme já enunciado, o estudo do setor de “serviços pessoais e domiciliares” – SPD - tem sido prejudicado, bem como o setor de serviços como um todo, por limitações conceituais e pela relativa ausência de informações sistematizadas sobre sua composição e suas mudanças estruturais. No entanto, é bastante recorrente afirmações a respeito do fato do crescimento da importância deste segmento do setor de serviços, sobretudo frente aos aspectos inerentes ao mercado de trabalho brasileiro nos anos 90.

Para o nosso estudo, uma classificação inicial optou-se por utilizar como referência o estudo de Browning & Singelmann (1978) que divide o setor serviços em serviços produtivos (serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade), serviços distributivos (transporte, armazenamento, comunicações, comércio por atacado e varejista), serviços sociais (saúde, educação, serviços religiosos, postais, outros serviços governamentais) e serviços pessoais (domésticos, reparação, higiene e beleza, hospedagem, diversões, etc.).

Partindo-se desta tipologia, uma primeira investigação, com base em tabulações especiais feitas com os microdados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, abordou os “serviços pessoais e domiciliares”, levando em conta o fato de que, para a PNAD, em sua relação de Código de Atividades, o código “531” refere-se aos “serviços pessoais” e englobam as seguintes atividades: academias em geral (aeróbica, artes marciais, balé, capoeira, ginástica, ioga, karatê, musculação, etc.), cabeleireiro, banho, barbearia, corte, alisamento, permanentes e similares, depilação, clínicas de emagrecimento, instituto de beleza (higiene pessoal, esteticista, manicure, etc.). Ou

seja, em se tratando deste segmento do setor de serviços, constitui-se uma gama de atividades bastante restrita.

Assim, no intuito de comparar os anos de 1992 e 2001, os primeiros estudos de Morais (2004 e 2004 a) optaram pela necessidade de incorporar ao estudo outros ramos tidos como pertencentes ao segmento de SPD, de modo a expandir essa tipologia.

Logo, além das consideradas na classificação da PNAD, por nós designadas de serviços de “Cuidados com o Corpo”, foram incorporadas as seguintes atividades: 1) Serviços de Bares e Restaurantes, referente ao código “512” e englobam atividades tais como adega, alimentação, bar, bomboniere, botequim, serviço de bufet, de café e bar, cantina, confeitaria, pastelarias, pizzarias, lanchonetes, etc; 2) Serviços de Manutenção e Reparação, referente aos códigos “521”, “522”, “523”, “524” e “525”, englobando atividades de prestação de serviços de manutenção e reparação em máquinas e em veículos, como, por exemplo, aparelho de som, máquinas de costura, de calcular, rádio, TV, ventilador, alinhamento de rodas, automóveis, bicicletas, caminhão, estofados, artigos de madeira, móveis em geral, etc; 3) Serviços de Vestuário e Lavanderia, referente aos códigos “532”, “533” e “541”, contemplando atividades de alfaiataria e artigos de vestuário e de calçados em geral, além de engomadeiras e lavanderias, passadeiras, tinturarias, etc; 4) Serviços de Diversão, referente ao código “551”, cujas atividades principais são: agência de filmes, aluguel de barcos, bicicletas, etc, bandas, casa de danças, de bilhar, boliches, parques temáticos e de diversões, etc, teatro, cinema, circo, produção de espetáculos, etc; 5) Serviços de Hospedagem, referente ao código “511”, englobando as atividades de albergues da juventude, dormitório de estrada, hospedagem em hotéis, pousadas, pensionatos, etc; 6) Serviços Residenciais, referente ao código “542”, contemplando as atividades de administração de condomínios, aplicação de sintecos, detetização, limpeza de piscina, de caixa d’água, de fossas, etc); 7) Serviços de Segurança, referente ao código “543”, englobando as atividades de guarda patrimonial, segurança domiciliar, vigilância particular, etc e 8) Serviços Domésticos, referente ao código “544”, representado fundamentalmente pelo serviço doméstico remunerado, embora também apareçam atividades tais como governanta, cozinheira, etc.

No entanto, em estudos posteriores, frente à necessidade de analisar o ano de 2002, algumas modificações obrigatoriamente foram feitas, tendo em vista as alterações metodológicas ocorridas com o Código de Classificações das Atividades da PNAD. No ano de 2002, a Classificação englobava como “serviços pessoais”, as seguintes atividades: Lavanderias e Tinturarias (93010); Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza (93020); Atividades funerárias (93030); Atividades de manutenção do físico corporal (93091) e Outras atividades dos serviços pessoais (93092). Assim, com base nesta classificação, optou-se por uma tipologia alternativa que incorporasse um maior conjunto de atividades setoriais, por nós entendidas como pertencentes aos SPD, a partir da divisão em seis Grandes Grupos de Atividades: i) Serviços de Manutenção e Reparação, incluindo os veículos automotores (50020), os eletrodomésticos (53111), os calçados (53112) e outros objetos pessoais e domésticos; ii) Serviços de Alojamento e Alimentação, incluindo alojamento (55010), ambulantes de alimentação (55020) e outros serviços de alimentação, com exceção dos ambulantes (55030); iii) Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas, incluindo os serviços ligados à produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo (92011), à distribuição e projeções de filmes e vídeos (92012), às atividades de rádio (92013) e de televisão (92014), às outras atividades artísticas e de espetáculos (92015), às atividades de agências e notícias (92020), às bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais (92030) e às atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer (92040); iv) Serviços Domésticos Remunerados, incluindo diversas atividades domésticas, tais como babá, acompanhante, cozinheira, engomadeira, faxineira, motorista doméstico, passeadeira e lavadeira domésticas, todas inseridas no código 95000; v) Cabeleireiros, Academias e Afins, incluindo os serviços relacionados aos cabeleireiros e outros tratamentos de beleza (93020) e às atividades de manutenção do físico corporal (93091); vi) Outros Serviços Pessoais, abarcando as atividades relacionadas às lavanderias e tinturarias (93010), ao aluguel de objetos pessoais e domésticos, às atividades funerárias (93030) e às outras atividades de serviços pessoais, tais como astrólogos, cartomantes, etc, casas de festas, bordéis, etc, corte e embelezamento de animais, etc (93092).

Menciona-se que os serviços residenciais e de segurança, antes considerados como parte integrante dos SPD, foram excluídos da tipologia, tendo em vista o fato de entendermos que a “fonte criadora” de grande magnitude destas atividades são as empresas, embora uma pequena

Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado?

parte se direcione à prestação de serviços às pessoas e famílias. Desta forma, estas atividades passaram a incluir o segmento do setor de serviços de apoio à atividade econômica.

Tendo feitas estas importantes considerações, ou seja, estabelecendo como SPD às atividades acima especificadas¹⁴, pode-se avançar no sentido de especular acerca de suas transformações recentes, a partir da análise do perfil (sexo, posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, jornada de trabalho, ramos de atividades) dos ocupados neste segmento entre o período de 1992 e 2001¹⁵, no Brasil.

Perfil dos ocupados em SPD no Brasil (1992-2001): algumas considerações acerca de suas transformações recentes

Os dados da PNAD, numa primeira análise global, nos mostram que os SPD é o sub setor do Setor de Serviços com maior número de ocupados, representando, em 2001, mais de 30% do total dos seus ocupados. Por outro lado, em se tratando dos rendimentos, este se mostra como o sub setor que pior remunera, ou seja, que apresenta remunerações inferiores às verificadas para o conjunto dos serviços, inclusive comércio e administração pública. Embora possa se observar um leve aumento no nível do rendimento médio dos serviços pessoais, que passou, conforme nos indica a Tabela 1, de R\$346 em 1992 para R\$ 407 em 2001, este continua muito baixo,

Tabela 1- Ocupados em Atividades do Setor Serviços e Rendimento Médio*Brasil, 1992/2001

Classificação da atividade	1992			2001		
	N	%	Rend.	N	%	Rend.
Comércio	7.905.524	25,1	495,71	10.784.085	25,7	559,49
Serviços distributivos	2.236.364	7,1	686,85	3.083.937	7,3	715,38
Serviços produtivos	2.837.906	9,0	1129,04	3.979.940	9,5	1238,82
Serviços pessoais	9.963.487	31,7	345,63	13.012.984	31,0	407,00
Serviços sociais	5.518.580	17,5	727,80	7.539.878	17,9	743,12
Administração pública	2.984.767	9,5	677,10	3.637.695	8,7	1003,51
Total "Setor Serviços"	31.446.628	100,0	514,00	42.038.519	100,0	629,00

Fonte: PNAD - 1992 e 2001- Elaboração Própria

* Rendimento médio deflacionado pelo INPC - Valores de Janeiro de 2004

inclusive se comparado com o rendimento médio do total do setor de serviços (R\$629). Conforme notou Moraes (2005), se por um lado, o sub setor de SPD é o que mais absorveu mão-de-obra e gerou ocupações ao longo desses últimos anos, por outro, é o que apresentou os mais baixos rendimentos, inclusive com considerável grau de heterogeneidade e dispersão.

A análise da composição interna do sub setor de SPD (Tabela 2) revela que a maior concentração dos ocupados encontra-se, como se poderia supor, no ramo de serviços domésticos remunerados (44,5% em 2001), seguido pelos ramos de alojamento e alimentação (19,5%) e de manutenção e reparação (15,8%). Por sua vez, embora pese relativamente pouco, o ramo de atividades recreativas, culturais e desportivas foi o que mais cresceu ao longo do período analisado (6,9%aa), seguido pelo de cabeleireiros, academias e afins (6,3%aa), o que nos indica, certa “modernização” das atividades que compõem os SPD, uma vez que esses setores vêm demandando, como veremos adiante, um perfil de ocupados com melhores níveis de escolaridade e de formação técnico-especializada, como, por exemplo, os profissionais ligados aos empregos de *personal trainer*, esteticistas, etc. O único ramo que apresentou crescimento negativo foi o de “outros serviços pessoais”, relacionado, em grande parte, à redução dos ocupados em estabelecimentos de tinturaria e lavanderia que registrou queda absoluta ao longo do período analisado.

Tabela 2 – Distribuição dos ocupados* segundo ramos de atividades dos SPD Brasil – 1992/2001

Ramo de Atividade	1992		2001		Tx Cresc. (%)
	N	%	N	%	
Manutenção e Reparação	1.699.510	17,1	2.050.205	15,8	2,1
Alojamento e Alimentação	1.806.016	18,1	2.531.984	19,5	3,8
Atvs. Recreat., Culturais e Desport.	209.988	2,1	378.397	2,9	6,7
Cabeleireiros, Academias e Afins	513.874	5,2	887.519	6,8	6,3
Serv. Domésticos Remunerados	4.245.514	42,6	5.823.438	44,8	3,5
Outros Serviços Pessoais	1.482.526	14,9	1.341.441	10,3	-1,1
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0	3,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 – Elaboração

Própria

*Considerou-se como ocupados os indivíduos que declararam ter trabalhado na semana anterior ao inquérito, excluindo os trabalhadores não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais e os trabalhadores em auto-consumo e auto-construção.

No que se refere à distribuição dos ocupados em SPD, segundo o gênero (Tabela 3), nota-se que a grande maioria deste subsetor é formado por ocupados do sexo feminino, que atinge, em 2001, quase 70% do total dos ocupados. Tal constatação está ligada ao fato do significativo peso do serviço doméstico remunerado no total dos SPD. Conforme apontou Melo et al (1998), o serviço doméstico remunerado é a principal ocupação das mulheres brasileiras, embora tenha se observado um pequeno aumento da participação masculina, provavelmente explicado pela recessão econômica e reestruturação industrial. Para Moretto & Pochamnn (2005), os serviços domésticos foram atividades que ganharam destaque ao longo dos anos 90, “onde as poucas oportunidades de trabalho e o desemprego crescente entre os homens levaram estes a assumir postos de trabalho que, tradicionalmente, eram ocupados pelas mulheres” (p.101). Em se tratando dos SPD como um todo, percebe-se, mesmo mediante a uma redução relativa da participação dos ocupados do sexo masculino, uma variação absoluta positiva para ambos os gêneros, sendo de 27,5% para os homens e de 32,2% para as mulheres, o que ainda indica um maior incremento para os ocupados do sexo feminino.

Em estudo anterior, Morais (2004) mostrou que, do total dos ocupados em SPD, há uma maior participação das mulheres nos ramos de serviço doméstico remunerado, cabeleireiros, academias e afins e em “outros serviços pessoais” (sobretudo nas atividades como astrólogas, cartomantes e de “casas de festas” e bordéis, além de tinturarias e lavanderias e atividades funerárias), enquanto que nos ramos de manutenção e reparação e de atividades recreativas, culturais e desportivas há uma maior predominância de ocupados do sexo masculino; já os ramos de alojamento e alimentação, registraram certa equivalência no total de seus ocupados, ou seja, é um ramo marcado por quase 50% de ocupados de cada sexo.

Tabela 3 – Distribuição dos ocupados em SPD segundo gênero Brasil – 1992/2001

Gênero	1992		2001	
	N	%	N	%
Masculino	3.391.371	34,0	4.323.327	33,2
Feminino	6.572.116	66,0	8.689.657	66,8
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Do ponto de vista da faixa etária dos ocupados em SPD, a Tabela 4, nos mostra que mais da metade destes está compreendida entre as faixas de 25 a 49 anos; faixa esta que, inclusive, mais cresceu ao longo do período analisado, passando de 54,1% para 60,3% do total dos ocupados em SPD. Chama atenção o aumento observado dos ocupados situados na faixa dos 50 anos ou mais, podendo indicar que, provavelmente, estes estão realizando atividades com o intuito de complementarem suas rendas. Por outro lado, nota-se uma queda – tanto absoluta quanto relativa – dos ocupados de 10 a 17 anos e uma redução relativa, mas não absoluta daqueles que possuem entre 18 a 24 anos.

Tabela 4 – Distribuição dos ocupados em SPD segundo faixa etária Brasil – 1992/2001

Fx etária (em anos)	1992		2001	
	N	%	N	%
De 10 a 17	1.239.351	12,4	856.981	6,6
De 18 a 24	2.000.517	20,1	2.340.556	18,0
De 25 a 49	5.392.199	54,1	7.840.357	60,3
50 ou mais	1.331.420	13,4	1.975.090	15,2
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Em se tratando do nível de escolaridade dos ocupados em SPD, nota-se claramente, a partir dos dados da Tabela 5, que este é um subsetor caracterizado por um baixo nível de escolaridade, tendo em vista que em 1992, quase 80% não tinham sequer o primeiro grau completo, ou seja, até 7 anos de escolaridade, enquanto que somente 0,6% - menos que 1% do total dos ocupados em SPD - tinham o nível superior completo. A comparação com o ano de 2001 aponta uma relativa melhora no nível de escolaridade destes ocupados, uma vez que a participação dos que não têm sequer o primeiro grau completo passou de cerca de 80% em 1992, para 64% em 2001(embora do ponto de vista absoluto, o número de ocupados nesta faixa de anos de estudo tenha aumentado) e a participação dos que completaram o ensino superior elevou-se de 0,6% em 1992, para 1,5% do total dos ocupados em 2001, inclusive num ritmo de crescimento anual bem mais elevado que o apresentado pelo crescimento absoluto dos ocupados na primeira faixa de anos de estudo. As faixas intermediárias de anos de estudo também apresentaram crescimento bastante considerável, o que ajuda corroborar a idéia de que houve uma melhora no nível de escolaridade dos ocupados em SPD, sobretudo levando-se em conta as novas exigências de determinadas atividades, tais como professores de educação física nas academias, profissionais

Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado?

altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, além de profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins; atividades estas onde é imprescindível a formação superior e que são direcionadas, em grande medida, às pessoas e famílias de mais alta renda.

Tabela 5 – Distribuição dos ocupados em SPD segundo anos de estudo Brasil – 1992/2001

Fx escolaridade (em anos)	1992		2001	
	N	%	N	%
Até 7	7.867.894	79,3	8.231.025	63,9
De 8 a 10	1.254.840	12,6	2.545.608	19,7
De 11 a 14	734.729	7,4	1.924.941	14,9
15 anos ou mais	62.428	0,6	187.992	1,5
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

No entanto, vale destacar que ainda é um setor marcado, fundamentalmente, pelos baixos níveis de escolaridade, conforme nos apontaram os dados para 2001, onde somente 1,5% havia completado o ensino superior e a grande massa dos ocupados não possuía sequer o primeiro grau completo. Tal constatação nos leva a refletir acerca da idéia da “precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir” (Lessa, 2000: 228), tendo em vista a “vasta panóplia de empregos possíveis” (Castel, 1999), ou seja, de atividades “serviçais” que não exigem estudo e/ou qualificações técnicas. Em outros termos, os baixos níveis de escolaridade guardam certa relação com determinadas atividades em que o nível de escolaridade mínimo não se coloca como uma “barreira à entrada”, sobretudo no contexto atual marcado por altas e prolongadas taxas de desemprego e de “estreitamento” do mercado formal de trabalho (Baltar, 2003 e 2003 a).

Do ponto de vista da literatura internacional, para Robert Castel (1999:573), é possível distinguir dois grandes tipos de serviços pessoais: os chamados “serviços de reparação”, conforme propugnou Erving Goffman e os serviços do tipo “jazidas de emprego”. Em relação aos “serviços de reparação”, vale esclarecer que estes se dão no sentido de “intervenção sobre outrem”, ou seja, trata-se principalmente de atividades médicas, sociais, médico-sociais, podendo também acrescentar atividades tais como de advogados, arquitetos, psicólogos, ou seja, atividades

que exigem especialidades dotadas de “competência técnica muito ou relativamente sofisticada”. Já em se tratando dos serviços pessoais do tipo “jazidas de emprego”, Castel defende a idéia de serem serviços de ajudas à pessoa “cuja necessidade se faz sentir por causa da quebra das formas de ajuda mútua informal que é induzida pela urbanização, pelo estreitamento das relações familiares sobre a família conjugal, pelas pressões da organização do trabalho, etc.”. Para o autor, “o profissional sobrecarregado pode não ter tempo de levar seu cachorro para passear, e não pode pedir esse serviço a seus vizinhos, porque não tem nenhuma relação com eles”, além do que, “pode não saber cozinhar e pedir para lhe entregarem uma pizza...”. Eis o que ele chama de “jazidas de emprego”, ou melhor, de subempregos, “que são, de fato, o financiamento de serviços de ordem doméstica”.

Nesta perspectiva, na visão de André Gorz (2003:140), em se tratando dos serviços prestados às pessoas e às famílias, é possível enumerá-los, basicamente, a partir de dois “tipos”: as atividades “serviçais”, destacando a prostituição como relação servil em “estado puro”, pois o “trabalho de um é o prazer do outro” e as atividades “conviviais”. No que se refere às atividades “conviviais”, o autor defende a tese de que numa sociedade fundada na idéia do “trabalho como finalidade econômica” e, portanto onde a intrínseca “monetarização” é tida como um “poderoso fator de desintegração social”, capaz de desagregar as “redes de solidariedade e de ajuda mútua”, as atividades “conviviais” como o auxílio e a assistência em domicílio (às pessoas com deficiências, idosas ou doentes, às mães de filhos pequenos, etc.) são um “setor” à parte, suscetível de fornecer aos jovens desempregados e com pouca qualificação, empregos de tempo parcial e salário reduzido “enquanto esperam coisa melhor”.

No que tange à remuneração dos ocupados em SPD, antes é válido mencionar que se optou pela utilização do Salário-Mínimo Hora (SMH), que se trata de um instrumento estatístico que visa isolar as diferenças salariais causadas por jornadas de trabalho distintas e, desse modo, fornece informações em números médios de salários mínimos equivalentes a cada hora trabalhada. Em termos práticos, o cálculo desse instrumental foi feito a partir da relação entre o rendimento auferido pelo ocupado pelo salário mínimo vigente (com base em R\$200), multiplicado pela relação entre a jornada de trabalho semanal estipulada na legislação trabalhista nacional, que é de 44 horas, pela jornada de trabalho semanal deste ocupado, em horas. Dessa

Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado?

forma, um ocupado que ganha R\$ 600 no mês e trabalha 45 horas semanais, tem um rendimento de 2,93 SMH ($600/200 * 44/45$), diferentemente de um outro ocupado que aufero o mesmo rendimento, mas que trabalha somente 35 horas na semana e, portanto tem um rendimento de 3,77 SMH ($600/200 * 44/35$).

Neste sentido, os dados da Tabela 6, a seguir, nos confirmam a idéia de que este é um subsetor fundamentalmente marcado por baixos salários. Conforme se pode notar, em 1992, quase 90% do total dos ocupados (88,8%) auferiam até 3 SMH, enquanto que apenas 6,9% auferiam entre 3 a 5 SMH, 3,3% entre 5 a 10 SMH e somente 1,0% mais de 10 SMH. A comparação com o ano de 2001 nos indica uma sensível melhora no nível de rendimentos auferido pelos ocupados em SPD, tendo em vista a redução – tanto absoluta, quanto relativa – daqueles que ganham menos de 1 SMH, e também a queda dos que ganham, juntos, até 3 SMH, que passou a registrar 82,6% do total dos ocupados, uma vez que a redução dos que ganham menos de 1 SMH foi “compensada” pelo aumento verificado naqueles que auferem de 1 a 3 SMH. A sensível melhora no nível dos rendimentos pode também ser notada quando se leva em conta o aumento da participação dos ocupados, tanto nas faixas intermediárias de rendimentos, quanto na que contabiliza os que ganham mais de 10 SMH, que passou de 1,0% em 1992 para quase 2,0% em 2001.

Tabela 6 - Distribuição dos ocupados em SPD segundo faixas de rendimento Brasil – 1992/2001

Faixa de rendimento (em SMH)	1992		2001	
	N	%	N	%
Menos de 1	5.017.201	50,4	4.436.854	34,1
De 1 a 3	3.826.188	38,4	6.309.726	48,5
De 3 a 5	688.692	6,9	1.358.177	10,4
De 5 a 10	329.170	3,3	665.932	5,1
De 10 a mais	96.177	1,0	242.295	1,9
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Mesmo assim, ainda podemos afirmar que este é um subsetor caracterizado por baixos salários. Só para se ter uma idéia, de acordo com Morais (2005), quando se compara a distribuição do total dos ocupados em SPD com o total dos ocupados nas atividades não-agrícolas percebe-se, por um lado, que enquanto 83,5% dos ocupados em SPD no país auferiam até 3

SMH, este percentual era de 68,2% para o conjunto dos ocupados no total das atividades não – agrícolas e, por outro, enquanto 2,0% do total dos ocupados em SPD auferiam de mais de 10 SMH, quase 10% do total dos ocupados em atividades não-agrícolas registravam esse nível de rendimento¹⁶.

Por fim, nos resta analisar a estrutura da posição na ocupação dos ocupados em SPD. Do ponto de vista do mercado de trabalho, ou seja, do total dos empregados com e sem carteira, nota-se que a sua dimensão, isto é, sua relação com o total de ocupados, passou de 22% para 24% de 1992 a 2001, sendo a proporção de empregados formalizados pouco inferior quando comparados com os sem carteira de trabalho assinada. No entanto, quando se analisa a taxa de crescimento anual de cada posição na ocupação, percebe-se, ao longo do período analisado, que a taxa de crescimento dos empregados formais foi a que registrou a maior elevação, tanto em comparação com os não formais, quanto em relação ao restante das posições e, inclusive com o total do subsetor de SPD que cresceu a uma taxa de 3,0% aa (ver Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição dos ocupados em SPD segundo posição na ocupação Brasil – 1992/2001

Posição na Ocupação	1992		2001		Tx Cresc. (%)
	N	%	N	%	
Empregado Formal	1.031.842	10,4	1.548.910	11,9	4,6
Empregado Não Formal	1.172.298	11,8	1.591.169	12,2	3,4
Conta-Própria	3.145.279	31,6	3.540.210	27,2	1,3
Empregado Doméstico	4.246.387	42,6	5.823.438	44,8	3,5
Empregador	367.681	3,7	509.257	3,9	3,6
Total	9.963.487	100,0	13.012.984	100,0	3,0

Fonte: PNAD - 1992 e 2001 - Elaboração Própria

Entretanto, um dos aspectos que mais chama a atenção na Tabela 7 refere-se ao significativo peso dos empregados domésticos e também dos ocupados na posição de conta-própria. Em 1992, estes representavam, respectivamente, 42,6% e 31,6% do total dos ocupados em SPD. No ano de 2001, embora se observe uma redução relativa dos ocupados na condição de conta-própria, em termos absolutos, estes aumentaram. Já em relação aos empregados domésticos, o aumento é observado tanto em termos absolutos quanto relativos. A proporção de empregadores, embora tenha sofrido leve aumento, ainda é bastante inexpressivo se analisado do ponto de vista do total dos ocupados neste subsetor. Em se tratando da posição na ocupação,

Moretto & Pochmann (2005) chamam a atenção para o fato de que, de maneira geral, no setor de serviços, os trabalhadores por conta-própria e empregadores (além, é claro, dos trabalhadores sem carteira assinada) representam trabalhadores em atividades de baixo rendimento e que também não estão cobertos pelo sistema de proteção social, fundamentalmente, o previdenciário.

Frente à dimensão que os serviços domésticos remunerados atingiram no país, inclusive num período em que o Governo Federal apontava na direção de uma “inserção no Primeiro Mundo”, cabem algumas considerações acerca de sua evolução. A história do serviço doméstico no Brasil não difere muito da acontecida nos EUA¹⁷, tendo em vista que, tanto aqui como lá, antes da abolição da escravidão, escravos domésticos eram encarregados das tarefas do lar. Ao longo do século XIX, as famílias tinham além das escravas “domésticas”, a possibilidade de contar com “mocinhas para uma espécie de ajuda contratada”. Esse tipo de serviço que veio se “cristalizando”, era uma fonte adicional de trabalho doméstico “que no Brasil e nos EUA, depois da Abolição, tornou-se a maior fonte de trabalho feminino”. A industrialização e a urbanização, com a expansão da classe média, “transformaram a chamada ‘ajuda’ em serviço doméstico – realizado sobre as bases de casa e comida – para a população migrante de mulheres jovens brancas e não-brancas nascidas no campo” (Melo, 1998:120).

O segmento dos serviços domésticos remunerados, pertencente ao ramo dos Serviços Pessoais, corresponde à maior parte ocupacional entre as trabalhadoras brasileiras. Para Melo et al (2002), o emprego doméstico é uma das formas mais antigas de trabalho assalariado, exercido por trabalhadores masculinos e femininos no decorrer dos últimos dois séculos, embora seja difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, tendo em vista o fato de que os indicadores econômicos não permitem captar as “sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve”. Segundo Melo et al (2002), essa atividade pode ser tida, conforme já enunciado, como um “refúgio” dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, além de ser a atividade marcada pela pior fonte de remuneração frente ao conjunto de ocupados na economia. Isso, sem mencionar que essas atividades não são organizadas, em grande parte, de forma “capitalista”, tendo em vista que elas são realizadas no interior de residências particulares e as patroas / patrões não são “empresários”, além do que, os bens e serviços realizados por esses empregados (por exemplo, cozimento de alimentos, lavagem de roupas, pratos, etc.) “não

circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização destas tarefas, mas rendas pessoais”¹⁸ (p. 121).

Essa especificidade do emprego doméstico estabelece uma relação pessoal servil entre empregado e patrão no espaço de trabalho, fazendo-nos lembrar de nossa herança colonial, escravocrata. Isso pode ser notado, inclusive no que respeita à legislação trabalhista desta categoria. Na verdade, a legislação brasileira que organiza o mercado de trabalho nacional, a CLT – Consolidação das Leis de Trabalho -, estabelece um modelo formal das relações assalariadas, separando atividades incluídas e excluídas da legislação. Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por uma legislação especial, datada de 1972 e depois revista na Constituição de 1988, embora esses direitos não se equiparem ao conjunto dos direitos trabalhistas dispensados a outras categorias ocupacionais¹⁹.

Uma outra questão que deve ser salientada diante deste estudo é a heterogeneidade de situações dentro do serviço doméstico remunerado. Existem, de um lado, as empregadas domésticas residentes, que vivem no local de trabalho, recebem salário mensal, mais casa e comida, que são as chamadas “mensalistas”. Por outro, as “diaristas”, ou seja, empregadas que não residem no local de trabalho, trabalham em várias casas de família e recebem salário diário ou semanal / mensal. Os estudos mais recentes sobre a questão, são unânimes no sentido de que a tendência é o desaparecimento das domésticas que residem na casa da patroa, em contrapartida do aumento das diaristas, tendo em vista, dentre outras transformações socioeconômicas, o fato de que: a) a doméstica residente “rouba liberdade dentro de casa” e b) não oferecer alojamento e todas as refeições é uma maneira de cortar custos para a classe média (Melo, 1998).

De forma geral, pode-se afirmar que o serviço doméstico remunerado é a principal fonte de ocupação das mulheres brasileiras, embora na década de 90, houve um pequeno aumento na participação masculina, provavelmente explicada, como já mencionado, pela recessão econômica e reestruturação industrial. Em relação ao rendimento destas atividades, mesmo levando-se em conta o salário em espécie, vale reiterar que é um dos setores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora, além de ser considerada pela sociedade uma ocupação “subalterna”, fora do circuito mercantil e não especializada para quem realiza. No entanto, não há

como esconder que o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho, além do que é tido como fonte atual de geração de emprego e renda para grande parte das famílias da população brasileira.

Considerações Finais

Como se pôde notar, os SPD é um subsetor de suma importância para que se possa entender e refletir aspectos iminentes tanto ao setor de serviços como um todo, quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho brasileiro. Os SPD contemplam o subsetor do setor de serviços com maior número de ocupados, representando, em 2001, mais de 30% do total dos seus ocupados. No entanto, em se tratando dos rendimentos, este se mostra como o subsetor que pior remunera, ou seja, que apresenta remunerações inferiores às verificadas para o conjunto dos serviços, inclusive comércio e administração pública. Ou seja, se por um lado, o subsetor de SPD é o que mais absorveu mão-de-obra e gerou ocupações ao longo desses últimos anos, por outro, é o que apresentou os mais baixos rendimentos, inclusive com considerável grau de heterogeneidade e dispersão.

Além do que, conforme se tentou mostrar, é um subsetor, do ponto de vista ocupacional, bastante heterogêneo e caracterizado por uma certa “dualidade”, tendo em vista que é um subsetor representado por atividades mais tradicionais como a expressiva camada de empregados domésticos remunerados, além de determinadas atividades, tais como professores de educação física nas academias, profissionais altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, e profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins; atividades estas que são direcionadas, em grande medida, às pessoas e famílias de mais alta renda, sobretudo num contexto de aperfeiçoamento e diferenciação da vida urbana metropolitana, acompanhada de uma progressiva sofisticação dos hábitos urbanos e por uma crescente heterogeneidade social.

Como bem mostraram Cardoso de Mello & Novais (1998), não se pode construir uma nação civilizada e uma economia moderna e pujante tendo como alicerce um padrão de

desenvolvimento que se apóia em atividades de baixas remuneração e qualificação, bem como num padrão de sociabilidade marcado pelo clientelismo quase sempre associado à prestação de serviços pessoais. Conforme já defendia Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, de 1776, “nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma produção tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais do que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível”.

Assim, conhecer a dinâmica dos SPD é um passo importante para desvendar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica, caso do Brasil e, portanto, um avanço inquestionável para se pensar em políticas públicas de emprego e distribuição de renda no nosso país. É válido mencionar que persiste a preocupação de investigar mais detalhadamente os determinantes do processo de expansão dos SPD. Além disso, não se pode esquecer que essas ocupações que foram e vêm sendo criadas apresentam, conforme vimos, remunerações médias, na grande maioria dos casos, em patamares demasiados baixos e, inclusive, bem inferiores ao rendimento médio observado para o conjunto das ocupações não-agrícolas. Estas importantes constatações servem como um importante “pano de fundo” para novas e necessárias investigações.

Referências

ALMEIDA, W.J., SILVA, M.C. 1973 *Dinâmica do setor de serviço no Brasil – emprego e produto*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 18, 234 p.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. 1976. *Distribuição de renda e emprego em serviços*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 34, 345 p.

BALLARINO, Gabriele. 2001. *Modelli di sviluppo postindustriale e struttura del terziario: il caso di Milano*. IRES Lombardia, Nuova Collana Ricerche 1, 236 p.

BALTAR, P., DEDECCA, C. 1992. *Emprego e salários nos anos 60 e 70*. Campinas: IE/ UNICAMP, 32 p.

BALTAR, P. 2003. *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, (Tese de Livre-Docência), 256 p.

BALTAR, P. 2003^a Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. IN: Proni & HENRIQUE (orgs). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: IE/UNICAMP, p. 107-152.

BALTAR, P. 2005. A indústria de transformação e o mercado de trabalho no Brasil. IN: TEIXEIRA, M., LADOSKY, M. DOMINGUES, M (orgs.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CUT, p. 53-76.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. 1998. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP – IE, 1998, p. 113-129.

BROWNIG, H. C., SINGELMANN, J. 1978. *The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation*. Politics and Society. Springfield, p. 104 – 137.

BRUNO, Ernani Silva. 1991. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 4 ed. , vol. 3, Coleção Estudos Históricos 3, p. 875 – 1238.

CANO, Wilson. 1992. Aspectos teóricos e metodológicos para análise do setor terciário. IN: *Cenários da urbanização paulista* (documento básico). Coleção São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 8v, 36 p.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, F.1998. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, p. 235 – 456.

CARNEIRO, Ricardo. 2002. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*.Campinas: Editora da UNESP, 255 p.

CARVALHO, Marcelo Soares de. 2004. *Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, (Dissertação de Mestrado), 102 p.

CASTEL, Robert. 1999. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci Poleti, 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 255 p.

CEPAL.1989. *Las transformaciones de la estructura socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los años ochenta*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 54 p.

DEDECCA, Cláudio. 2000. *Reorganização econômica, absorção de mão de obra e qualificação*. Campinas: UNICAMP, 38 p.

GOMES, Darcilene. 2005. Reestruturação da economia nos anos 90 e o mercado de trabalho brasileiro. IN: ANAIS do Encontro Nacional de Economia Política, SEP. Campinas, 25 p.

GORZ, André. 2003. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 185 p.

GUERREIRO, Maria das Dores .2000. Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos. In: *Os serviços prestados às famílias: análise de quatro conselhos da área metropolitana de Lisboa*. European Foundation for the Improvement of living and working conditions. Lisboa, 35 p.

HENRIQUE, Wilnês. 1999. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil*. Campinas: IE / UNICAMP (Tese de doutorado), 256 p.

KON, Anita.1999. *Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias*. Revista de Economia Política. vol 19, no. 2 (74), p. 35-70

LEONE, E. 2003. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI Marcelo W, HENRIQUE, Wilnês (orgs), *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, IE/UNICAMP, p. 231-270.

LESSA, C. 2000. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro, Record, 480 p. (Coleção Metrôpoles).

MELO, Hildete, TELE, Jorge L. 1997. *É possível uma política para o setor serviços?* Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, no. 457), 52 p.

MELO, Hildete, TELE, Jorge L. 1998. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. In: *A economia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA, v.2, 1998, p.665-712.

MELO, Hildete, TELE, Jorge L. 1999. *O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares*. V Encontro Nacional da ABET, 1999. Disponível em www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/st.htm p. 447-467.

MELO, Hildete, TELE, Jorge L. 2002. *Da cozinha para o Mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. Mulher e trabalho, 35 p. Disponível em www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/vienc/st.htm

MORAIS, Leandro Pereira. 2004. *Dinâmica das ocupações e dos rendimentos do trabalho no setor de serviços pessoais e domiciliares no Brasil durante a década de 90*. In: RELATÓRIOS “Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro” – DIEESE/CESIT/CNPq. Pesquisa e Formação Técnica. Campinas: IE/UNICAMP, 102 p.

MORAIS, Leandro Pereira. 2004a. *Os serviços pessoais no Brasil*. In: ANAIS do II Encontro Nacional de Pós Graduação em História Econômica. Niterói: UFF, (CD ROM), 25 p.

MORAIS, Leandro Pereira. 2005. *Ocupações e rendimentos no subsetor de Serviços Pessoais e Domiciliares no Brasil metropolitano” (1992-2002)*. In: RELATÓRIOS “Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro” – DIEESE/CESIT/CNPq. Pesquisa e Formação Técnica. Campinas: (CD ROM), 88 p.

MORETTO, A . , POCHMANN, M. 2005. Comportamento da ocupação no setor terciário brasileiro. IN: TEIXEIRA, M., LADOSKY, M. DOMINGUES, M (orgs.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CUT, p. 89-114.

OFFE, Claus. 1989. *O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 165 p.

OLIVEIRA, Francisco de. 1976. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Editora Brasiliense / CEBRAP, 35 p.

PASTORE, J. VALLE SILVA, N. 2000. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 236 p.

QUADROS, Waldir. 1991. *O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutoramento), 112 p.

QUADROS, Waldir. 2003 A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas – SP, IE UNICAMP, p. 15-70.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. 1996. O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 20. IN: SZMRECSÁNYI, Thiago (org.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Editora Hucitec, p. 341-368.

SINGER, Paul. *Força de trabalho no Brasil*. 1971. SP: CEBRAP, Caderno no. 3, 87 p.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. 1983. [1776]. São Paulo, SP. Abril Cultural, v. 1, 586 p.

TAVARES, Maria da Conceição. 1997. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A . (org). *O Brasil pós Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE / UNICAMP, p. 101 – 130.

¹ Sobre essa questão, é interessante ver: Tavares (1997), Carneiro (2002), Baltar (2003; 2003 a e 2005) e Gomes (2005).

² Para uma discussão acerca das principais referências bibliográficas que buscam compreender o significado do crescimento do setor de serviços nas economias capitalistas, é importante ver as contribuições de Almeida & Silva (1973), Almeida (1976), Andrade (1989), Offe (1991), Melo et al (1998) e Kon (1999).

³ Compreendem esses serviços: serviços de reparação e manutenção, serviços de alimentação e os serviços pessoais. Embora a autora entenda que os serviços domésticos remunerados se enquadrem como “serviços de baixa qualificação”, estes não são analisados neste clássico trabalho sobre o tema, pois a hipótese original do estudo foi “testada” a partir de estudos econométricos com base em dados da produção (indústria) em tarefas de baixa qualificação, tais como os serviços de limpeza, manutenção, vigia, armazenamento, reparação, etc., uma vez que ela se deparou com a falta de informações adequadas com referência ao consumo de “serviços” propriamente ditos, ou seja, falta de informações sistematizadas em relação ao setor de serviços no Brasil.

⁴Veja, por exemplo, o artigo de Moretto & Pochmann (2005) que, ao analisar a distribuição dos ocupados no setor de serviços por subsetor, agrupam os serviços pessoais juntamente com os sociais e outros serviços coletivos, o que impede uma análise desagregada específica ao subsetor que estamos analisando.

- ⁵ Neste período, vale mencionar que houve notáveis transformações dos cafés paulistanos. De acordo com o “Almanaque da Província de São Paulo”, de 1888, citado por Bruno (1991: 1152), “o Java, que era também restaurante, anunciava que em seu estabelecimento o público podia encontrar ‘todas as condições de luxo e comodidade’, além de gabinetes particulares para as famílias, com serviço especial”.
- ⁶ No começo do século XX as confeitarias de luxo se fixaram sobretudo no Largo do Rosário e na Rua Quinze de Novembro, visando corresponderem, de acordo com Bruno (1991), ao enriquecimento e ao cosmopolitismo que começaram a dominar a existência da cidade.
- ⁷ Segundo “A Academia de São Paulo”, mencionado pelo autor, o “Grande Hotel” ocupava todo um quarteirão no beco da Lapa, indo da Rua de São Bento até a de São José (Lidero Badaró) e era um “edifício magnífico, com um vestíbulo soberbo”. Sem dúvidas, “o melhor do Brasil, com os melhores serviços de cozinha e de adega”, além de “candelabros a gás que iluminavam o vestíbulo e uma escada de mármore branco, onde um empregado de ‘irrepreensível estilo e toailete’ avisava o porteiro o recém-chegado” (p. 1150).
- ⁸ A questão do trem, do bonde e dos viadutos, tratada, sobretudo, no capítulo IV do livro de Bruno (1991) é de suma importância para entender o contexto de desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. No final do século XIX, a multiplicação das estradas de ferro teve importância ímpar para o “destino” da cidade, consolidando seu caráter de metrópole do café, além de servir para valorizar certas “várzeas paulistanas até então desprezadas”, fazendo com que nelas se “edificassem alguns bairros operários que se integravam no corpo urbano” (p.1054). Além do que, as estradas de ferro serviram para intensificar a proliferação do comércio, através de um sistema bem mais moderno que a dos “caminhos e as tropas de burro”. O autor ainda coloca que “o esplendor ferroviário em São Paulo foi simbolizado nessa época pela construção da Estação da Luz, edifício de proporções monumentais, dotado de comodidades das mais notáveis edificações de seu gênero em todo o mundo” (p. 1061). Sobre essa questão, é interessante ver também Lessa (2000), sobretudo o capítulo V, que afirma que as ferrovias propiciaram, para a cidade do Rio de Janeiro, a multiplicação de pequenos produtores rurais e o estabelecimento de novas manufaturas com as estações ao longo das “vias de penetração” e com a colheita dos subúrbios cariocas. Além do que, com a expansão populacional e o barateamento do aço, os bairros passaram a ser interligados por bondes sobre trilhos, alavancando ainda mais o comércio a varejo nos bairros do Rio de Janeiro.
- ⁹ O autor divide o setor de serviços em: serviços de produção (comércio de mercadorias, de imóveis, valores imobiliários, crédito, transporte, comunicação e armazenamento); serviços de consumo individual (pessoais e profissionais liberais); serviços de consumo coletivo (administração pública e atividades sociais) e serviços de reparação, classificados de acordo com a classificação utilizada pela indústria.
- ¹⁰ Embora esta questão seja de extrema importância para discutir o mercado de trabalho, não será possível, neste artigo, arrolar mais tal discussão. É interessante ver: Cepal (1989), Guerreiro (2000) e Leone (2003).
- ¹¹ Esse termo Gorz (2003) tomou emprestado da socióloga alemã Claudia von Werlhof, citada p. 155, rodapé 39.
- ¹² Sobre essa discussão é interessante ver a Tese de Doutorado de Quadros (1991) e também Quadros (2003).
- ¹³ Sobre essa questão, deve-se levar em conta, além da entrada da mulher no mercado de trabalho, um importante fator: a expansão do sistema bancário que passou a financiar o consumo dos bens duráveis (automóveis, geladeiras, TV, etc), de bens de consumo (têxtil, alimentos, vestuários, bebidas, móveis, eletrodomésticos, etc), além da casa própria e também de viagens a turismo. Henrique (1999) trata desta questão em sua Tese de Doutorado e aponta como fatores de “deslizamento” do consumo de bens duráveis para as camadas de menor renda, sobretudo: o desenvolvimento do crédito, o mercado de segunda mão e o aumento do número de ocupados na família.
- ¹⁴ Sobre a classificação proposta neste estudo, vale mencionar que há um trabalho acerca do Setor de Serviços no Nordeste, que ao analisar este setor entre os anos de 1985 a 1995, partindo da classificação de Browning e Singelman (1978), também considerou como “serviços pessoais”, um conjunto de atividades bastante próxima às atividades por nós consideradas: reparação e conservação, hospedagem e alimentação e outros serviços pessoais, que abarcam uma gama de atividades tais como serviços ligados à higiene pessoal, vestuário, aos serviços de diversão e atividades artísticas em geral, além dos serviços domésticos remunerados (Banco do Nordeste, 1997). Do ponto de vista da literatura internacional, Ballarino (2001) realiza uma análise do setor de serviços em Milão e considera como “servizi alla persona” o mesmo leque de atividades consideradas neste estudo.
- ¹⁵ Vale mencionar que, embora já seja possível a tabulação de anos mais recentes da PNAD, a opção por trabalhar com os de 1992 e 2001 refere-se ao fato da possibilidade de comparação no tempo, tendo em vista as mudanças metodológicas da própria PNAD a partir de 2002, o que dificultou / impossibilitou a comparação direta em relação aos anos anteriores à mudança. Para tal, torna-se necessária uma compatibilização dos dados ao longo do período que se pretende estudar, o que demanda um certo tempo de análise, pesquisa e discussão. No entanto, é interessante esclarecer que, conforme se pode notar em algumas tabulações compatibilizadas já feitas, a tendência mostrada a partir da análise dos dados entre 1992 e 2001, não se alterou significativamente.

¹⁶ Tal estudo analisa os ocupados no Brasil, mas também desagrega nas áreas “metropolitanas” e “não – metropolitanas”, e revela que os melhores níveis de rendimento são auferidos nas áreas metropolitanas, tendo em vista que do total dos ocupados que ganham menos de 1 SMH, tanto nos SPD, quanto para o total dos ocupados não – agrícolas, ¼ estão nas áreas metropolitanas, enquanto que o restante está nas áreas “não – metropolitanas”. Além do que, daqueles que ganham mais de 10 SMH, há um maior percentual dos que se situam nas áreas metropolitanas, *vis-à-vis* aos situados no restante do país.

¹⁷ Sobre a história do serviço doméstico nos EUA, ver, conforme Melo (1998).

¹⁸ Sobre esse assunto, é interessante, segundo Melo (1998), ver Saffioti (1984), Castro (1982) e Cheney & Castro (1989).

¹⁹ Sobre essa questão é fundamental ver Melo (1999).